

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇO**



**MUNICIPIO DE JARAGUÁ GOIÁS**

Processo Administrativo nº xxx/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para registro de preço de serviços de sondagem e ensaios geotécnicos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MAT.	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Viga Pré-Fabricada 8m (2,24m³)	13436	UND	40	R\$ 12.649,38	R\$ 505.975,20
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER.	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Transporte rodoviário de carga	3263	TxKM	24.400	R\$ 3,68	R\$ 89.792,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 595.767,20</b>

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) emissão da ordem de serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de execução é de 12 meses, conforme cronograma, sendo o prazo de vigência superior para que a prestação de contas seja feita com o contrato vigente.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O transporte será medido em tonelada por quilômetro (t.km), considerando peso da viga e distância real de entrega.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem por finalidade o registro de preços para fornecimento de vigas pré-fabricadas de concreto armado, com serviço acessório de transporte, destinadas à manutenção, recuperação, reforço estrutural e substituição de pontes localizadas na zona rural do Município de Jaraguá – Goiás, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural.

O Município possui diversas pontes rurais em condições estruturais obsoletas, muitas executadas em madeira ou com elementos deteriorados, que demandam manutenções frequentes, intervenções emergenciais e, em alguns casos, já sofreram colapso parcial ou total, comprometendo a segurança de usuários, o escoamento da produção agropecuária e a mobilidade da população rural.

A adoção de vigas pré-fabricadas de concreto armado padronizadas (8,00 m) visa promover a modernização de pontes rurais, proporcionando maior durabilidade, redução de custos de manutenção, aumento da capacidade estrutural e maior rapidez na execução das intervenções, especialmente em situações emergenciais.

O sistema de registro de preços justifica-se pela natureza contínua, variável e imprevisível da demanda, uma vez que as substituições e reforços estruturais ocorrem conforme o surgimento de patologias, eventos climáticos, danos estruturais ou necessidade de melhoria da infraestrutura rural, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato a ser executado ao longo do exercício.

A contratação inclui o transporte das vigas até os locais de aplicação, considerando as características da malha viária rural, distâncias variáveis e necessidade de entrega conforme programação da Secretaria, garantindo viabilidade operacional e logística para execução das intervenções.

A presente contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução adotada, bem como o enquadramento do objeto como fornecimento de bens padronizados com serviço acessório, compatível com a modalidade Pregão, na forma da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução adotada consiste no fornecimento de vigas pré-fabricadas de concreto armado padronizadas, com comprimento de 8,00 metros e volume aproximado de 2,24 m<sup>3</sup>, incluindo o serviço acessório de transporte até os locais de aplicação, destinadas à execução, recuperação, reforço e substituição de estruturas de pontes na zona rural do Município.

3.2. O uso de elementos pré-fabricados de concreto armado apresenta elevada vida útil, durabilidade e resistência mecânica, sendo solução consolidada para obras de infraestrutura rural, especialmente em substituição a estruturas em madeira ou metálicas deterioradas, reduzindo significativamente a necessidade de manutenções corretivas frequentes.

3.3. O ciclo de vida do objeto contempla:

3.4. a) Produção:

Fabricação industrial das vigas em concreto armado, com controle tecnológico dos materiais, resistência característica compatível com uso estrutural, cura adequada e atendimento às normas técnicas aplicáveis, garantindo padronização, qualidade e desempenho estrutural.

3.5. b) Transporte e logística:

Carregamento, acondicionamento e transporte rodoviário das vigas até os locais indicados pelo Município, considerando peso, dimensões, condições de acesso rural e necessidade de integridade estrutural durante o deslocamento.

3.6. c) Aplicação e operação:

Utilização das vigas na execução ou recuperação de pontes rurais, proporcionando maior capacidade de carga, estabilidade estrutural, segurança operacional e melhoria da trafegabilidade, inclusive para veículos pesados e escoamento da produção agrícola.

3.7. d) Vida útil e manutenção:

As vigas pré-fabricadas de concreto armado possuem elevada durabilidade, resistência a intempéries, umidade e esforços estruturais, apresentando baixa necessidade de manutenção ao longo de sua vida útil, o que reduz custos operacionais e intervenções futuras por parte da Administração.

3.8. e) Sustentabilidade e eficiência:

A solução contribui para redução do consumo de madeira, maior eficiência na aplicação de recursos públicos, diminuição de intervenções corretivas e maior longevidade das estruturas, garantindo melhor relação custo-benefício ao longo do tempo.

3.9. Dessa forma, a solução adotada demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e operacionalmente eficiente, atendendo às necessidades da Administração Pública quanto à durabilidade, padronização, segurança estrutural e continuidade da infraestrutura viária rural.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e de qualidade abaixo descritos, visando garantir desempenho estrutural, durabilidade, segurança e padronização das vigas pré-fabricadas.

##### **4.1 Requisitos técnicos da viga**

As vigas pré-fabricadas deverão possuir:

- Comprimento: 8,00 m
- Volume aproximado: 2,24 m<sup>3</sup>
- Concreto estrutural com fck mínimo de 40 MPa aos 28 dias
- Aço estrutural CA-50, conforme detalhamento do projeto fornecido pela Administração
- Cobrimento mínimo das armaduras conforme ABNT NBR 6118
- Cura adequada do concreto, garantindo desempenho mecânico e durabilidade
- Seção transversal conforme projeto estrutural padrão do Município
- Peso aproximado compatível com o volume estrutural (controle de conformidade)
- Ausência de fissuras estruturais, segregação, ninhos de concretagem ou deformações

##### **4.2 Controle tecnológico e qualidade**

A contratada deverá:

- Garantir controle tecnológico do concreto
- Apresentar, quando solicitado:
  - Traço do concreto
  - Resistência característica (fck)
- As vigas poderão ser rejeitadas caso apresentem:
  - Resistência inferior ao especificado

- Defeitos estruturais
- Desvios dimensionais relevantes
- Danos decorrentes de transporte ou manuseio

#### 4.3 Transporte e integridade estrutural

O transporte deverá:

- Ser realizado por meios adequados ao peso e dimensões da viga
- Garantir integridade estrutural durante carga, deslocamento e descarga
- Evitar impactos, torções ou apoios inadequados
- Considerar condições de acesso da malha viária rural
- Estar incluso no objeto da contratação

A medição será realizada em tonelada por quilômetro (t.km), considerando peso estrutural da viga e distância efetiva até o local de entrega.

#### 4.4 Garantia

A contratada deverá garantir:

- Integridade estrutural das vigas fornecidas
- Conformidade com especificações técnicas
- Substituição, sem ônus ao Município, de peças com defeitos estruturais, vícios construtivos ou danos não decorrentes de mau uso

#### 4.5 Normas técnicas aplicáveis

A fabricação e controle deverão atender, no que couber:

- ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto
- ABNT NBR 9062 – Estruturas pré-moldadas de concreto
- ABNT NBR 12655 – Concreto de cimento Portland – preparo, controle e recebimento
- Demais normas técnicas aplicáveis

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

### 5.1 Forma de fornecimento

O fornecimento das vigas pré-fabricadas será realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento, contendo:

- Quantidade de vigas solicitadas
- Local de entrega (ponte/comunidade/coordenação geográfica ou referência viária)
- Distância estimada para fins de medição do transporte
- Prazo para entrega

Não há obrigação, por parte da Administração, de contratação do quantitativo total registrado.

### 5.2 Prazo de fabricação e entrega

A contratada deverá:

- Iniciar a fabricação imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento
- Realizar a entrega no prazo máximo de XX dias após a solicitação formal (sugestão: 15 a 30 dias — você decide conforme mercado)
- Informar previamente a programação de entrega

Em situações emergenciais (colapso de ponte, interrupção de tráfego, etc.), poderá ser solicitado atendimento prioritário.

### 5.3 Condições de transporte e entrega

A contratada será responsável por:

- Carga, amarração, proteção e transporte das vigas
- Garantir integridade estrutural durante todo o deslocamento
- Utilizar veículos compatíveis com peso e dimensões
- Cumprir normas de transporte rodoviário de cargas

A entrega deverá ocorrer no local indicado pelo Município, inclusive em área rural, desde que haja acesso operacional.

#### 5.4 Descarga e responsabilidade

(Aqui você escolhe — recomendação técnica abaixo 🖱)

Opção mais segura pro Município:

A contratada será responsável pelo descarregamento das vigas, utilizando equipamentos compatíveis (munck, guindaste ou equivalente), posicionando-as em local indicado pela fiscalização.

*(Se quiser, posso ajustar para descarga por conta do município — mas juridicamente costuma dar mais problema.)*

#### 5.5 Medição e pagamento

- As vigas serão medidas por unidade efetivamente entregue e aceita
- O transporte será medido em tonelada por quilômetro (t.km), considerando:
  - Peso estrutural da viga
  - Distância real entre o local de fabricação/retirada e o ponto de entrega

O pagamento ocorrerá conforme medições aprovadas pela fiscalização contratual.

#### 5.6 Fiscalização e aceitação

A fiscalização poderá:

- Rejeitar vigas com defeitos, danos ou não conformidades
- Solicitar substituição sem ônus
- Verificar dimensões, integridade e qualidade estrutural

A aceitação ocorrerá após conferência técnica no local de entrega.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização da contratação serão realizadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade do objeto fornecido e a correta aplicação dos recursos públicos.

### **6.1 Gestão e fiscalização**

A execução do objeto será acompanhada por Gestor e Fiscal do Contrato, formalmente designados pela Administração, aos quais competirá:

- Acompanhar a execução do fornecimento
- Verificar o cumprimento das condições contratuais
- Conferir prazos, quantidades e qualidade das vigas entregues
- Validar medições e autorizar pagamentos
- Registrar ocorrências em relatório ou diário de acompanhamento
- Notificar a contratada em caso de irregularidades

### **6.2 Instrumentos de controle**

O acompanhamento da execução poderá ocorrer por meio de:

- Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração
- Relatórios de entrega e recebimento
- Registros fotográficos das peças entregues
- Controle de quantitativos fornecidos
- Verificação da integridade estrutural e conformidade técnica

### **6.3 Não conformidades**

Caso sejam constatadas irregularidades, o Fiscal poderá:

- Recusar o recebimento de vigas em desacordo com as especificações



- Determinar substituição sem ônus ao Município
- Registrar ocorrência para aplicação de sanções administrativas
- Suspender o recebimento até regularização

#### 6.4 Penalidades e sanções

O descumprimento das obrigações contratuais poderá sujeitar a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Advertência
- Multa por atraso ou inadimplemento
- Suspensão de contratar com a Administração
- Declaração de inidoneidade, nos casos previstos em lei

As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 6.5 Comunicação entre as partes

Toda comunicação relevante ocorrerá por meio formal, preferencialmente:

- Ordem de Fornecimento
- Notificação oficial
- E-mail institucional
- Registro por escrito no processo administrativo

#### **Preposto**

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 o PREPOSTO representará a empresa e será responsável pela tratativa com o departamento de engenharia com relação ao cumprimento do objeto.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será feita por serviço executado e entregue;

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.2. Ao final de cada serviço executado, conforme a necessidade do município, o Contratado apresentará a solicitação de pagamento dos serviços executados no período, por meio de ofício e relatório de serviços executados.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de (60) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,

indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INCC* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social,



nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.



8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.30. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens de características compatíveis com o objeto da contratação, por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.31. Os atestados deverão comprovar que a licitante já executou, satisfatoriamente, atividades compatíveis com o objeto, tais como:

-Fabricação ou fornecimento de estruturas pré-moldadas de concreto;

-Produção, fornecimento ou transporte de elementos estruturais de concreto;

8.32. Caso a empresa não seja fabricante, deverá comprovar vínculo com fabricante ou fornecedor das vigas, garantindo capacidade de atendimento da demanda.

8.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 595.767,20 (*quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos*), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária referência SINAPI.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por recursos próprio do município.

A contratação será atendida pela dotação:

Aplicação programada	Classificação orçamentária
Obras, inst. Equip. e mat. perm. da Sec. de Infraestrutura Rural	03.23.26.782.1637.1.010-4.4.90.52 Ficha 0199

**FONTE: 100**



GERANDO DESENVOLVIMENTO

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jaraguá, 12 de fevereiro de 2026

SEBASTIÃO POLICENA ROSA JUNIOR  
COORDENADOR EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE  
PROJETOS

#### LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I – DETALHAMENTO DA VIGA PRÉ-FABRICADA
- ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO